



RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO RELATIVO À APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – EXERCÍCIO DE 2025

Na qualidade de responsável pela Unidade Central de Controle Interno do Município de Condor - RS, em cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nos termos do artigo 71 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº 1.028/2015), submetemos o presente relatório elaborado em conformidade com a alínea “b” do inciso IV do art. 2º da Resolução nº 1.134/2020.

De início, cabe mencionar que Órgão Unidade Central de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1.176/2001, alterada pela Lei nº 2.102/2013, novamente alterada pela Lei nº 2.657/2020, e regulamentada pelo Decreto nº 087/2001, tendo seus membros designados pelas Portarias nº 071/2024 e nº 127/2025.

A análise realizada pela Unidade Central de Controle Interno teve caráter documental, contábil e financeiro, compatível com a estrutura operacional da UCCI e com o volume de informações disponibilizadas, abrangendo, principalmente:

- Relatórios e demonstrativos extraídos do SIAPC/PAD (RVE e demais consultas);
- Balancetes da receita e da despesa por fonte de recursos;
- Demonstrativos específicos do MDE e do FUNDEB;
- Informações encaminhadas pela Contabilidade e pela Secretaria Municipal de Educação;
- Relatórios e manifestações do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB.



A Unidade de Controle Interno, após análise da documentação, relativa ao exercício de 2025, resolve emitir o seguinte relatório e parecer, como segue:

ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO

A Lei Orçamentária Anual nº 3.007, de 12 de dezembro de 2024, estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, para o exercício de 2025, no montante de R\$ 58.905.000,00 (cinquenta e oito milhões, novecentos e cinco mil reais), considerando a vinculação mínima constitucional destinada à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE.

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS VINCULADAS À EDUCAÇÃO

Com base na execução da receita no exercício de 2025, apurou-se o montante de R\$ 48.328.931,94 (quarenta e oito milhões, trezentos e vinte e oito mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos) referente às receitas que integram a base de cálculo do art. 212 da Constituição Federal.

Considerando o percentual mínimo constitucional de 25%, o valor mínimo a ser aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino correspondeu a R\$ 12.082.232,98 (doze milhões, oitenta e dois mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), conforme demonstrativo a seguir:

Recursos Vinculados conforme art. 212 CF		
Fonte	Arrecadado	Mínimo Constitucional 25%
IPTU	1.657.247,31	414.311,83
ITBI	1.075.228,65	268.807,16
IRRF	2.064.214,21	516.053,55
ISS	1.878.572,86	469.643,22
FPM	16.775.942,74	4.193.985,69
FPM 1%	2.068.170,90	517.042,73
ITR	3.247.326,00	811.831,50
ICMS	17.397.958,60	4.349.489,65
IPVA	1.970.533,61	492.633,40



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR

Gabinete do Prefeito

Unidade Central de Controle Interno



PREFEITURA DE

CONDOR

NOVOS AVANÇOS

IPI / Exportação	193.737,06	48.434,27
Comp. LC 194/2022	-	-
- Deduções da Receita	-	-
Total	48.328.931,94	12.082.232,98

Fonte: SIAPC/PAD – RVE, Item 3.2.1 Base de Cálculo Const Rec da Educação (MDE + FUNDEB)

APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Da análise das despesas realizadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no exercício de 2025, constatou-se que o Município aplicou o montante de R\$ 12.548.146,29 (doze milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos), correspondente a 25,96% da base de cálculo das receitas vinculadas, atendendo ao disposto no art. 212 da Constituição Federal.

EDUCAÇÃO - Percentual a ser Aplicado cfe. Art. 212 CF (Mínimo de 25% ao ano)		
Recurso	Descrição da Subfunção	Valor
1500	Administração Geral	524.138,60
1500	Ensino Fundamental	3.350.052,34
1500	Educação Infantil	915.707,54
1500	Educação Especial	10.920,00
	TOTAL MDE + FUNDEB	4.800.818,48
	Total Destinado ao FUNDEB 20%	7.917.099,60
	(-) Superávit não aplicado no exercício atual	(1.616,26)
	TOTAL FUNDEB	7.915.483,34
(-) RPNP do exercício atual com Insuficiência Financeira		(168.155,53)
Gasto Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB)		12.548.146,29
Base de cálculo da Receita da Educação		48.328.931,94
Percentual aplicado com base na Receita Ajustada		25,96%

Fonte: SIAPC/PAD – RVE, Item 3.2.3 Cálculo Desp Const. Educação (MDE+FUNDEB)

No âmbito desta análise, não foram identificadas despesas estranhas ao conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino que confronte com o disposto no art. 70 da Lei Federal nº 9.394/1996.



DESEMPENHO DO FUNDEB

O Município, no exercício econômico e financeiro de 2025, em função do número de alunos matriculados na Educação Básica foi deficitário em relação ao FUNDEB, conforme se demonstra a seguir:

Demonstrativo do Resultado do FUNDEB		
DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período
Valores Recebidos do FUNDEB	6.867.100,00	7.615.842,97
Rendimento de Aplicação Financeira	39.000,00	37.924,30
Valores Transferidos para o FUNDEB	7.104.720,00	7.921.745,23
Ganho / Perda com o FUNDEB	-237.620,00	-305.902,26

Fonte: Contabilidade

Ressalta-se que o resultado financeiro foi analisado à luz da legislação vigente, não sendo identificados indícios de descumprimento da finalidade dos recursos no exercício.

REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 14.113/2020, que estabelece a aplicação mínima de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, constatou-se que o Município aplicou 79,29% dos recursos recebidos do Fundo para essa finalidade, atendendo ao percentual mínimo legal.

FUNDEB - Percentual mínimo de 70% a ser aplicado no Magistério	
Transferências de Recursos do Fundo	7.615.842,97
complementação FUNDEB	61.174,50
Remuneração de Depósitos Bancários do FUNDEB	37.924,30
Arrecadação dos Recursos do Fundo	7.714.941,77
Aplicação dos Recursos no Ensino Fundamental	(4.668.632,12)
Aplicação dos Recursos na Educação Infantil	(1.043.345,29)
Aplicação dos Recursos na Administração Geral	(404.825,05)
Pagamentos aos Profissionais do Magistério	(6.116.802,46)
% de Aplicação dos Recursos do FUNDEB	79,29%

Fonte: SIAPC/ PAD – RVE, Item 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB – Exercício de 2025 e 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica - Exercício de 2025



ATUAÇÃO DO CONSELHO DO FUNDEB

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB recebeu, periodicamente, as informações relativas à arrecadação e à aplicação dos recursos do Fundo, tendo analisado a execução orçamentária e financeira no exercício de 2025.

Conforme manifestação encaminhada, o Conselho posicionou-se pela regularidade da aplicação dos recursos, não tendo registrado ressalvas relevantes no período analisado.

APLICAÇÃO DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO

Além dos recursos constitucionalmente vinculados, o Município executou recursos oriundos de transferências voluntárias e programas específicos da União e do Estado, destinados à educação básica, conforme síntese a seguir:

DEMAIS RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO	
501 - Outros Recursos não Vinculados	0,00
550 - Transferência do Salário-Educação	589.226,16
552 - Transf de Rec FNDE Ref Prog Nac Alimentação Escolar (PNAE)	125.967,88
553 - Transf de Rec FNDE Ref Prog Nac Apoio Transp Escolar (PNATE)	17.288,70
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00
571 - Transf Estado ref Convênios e outros Rep vinculados à Educação	0,00
Total (Além do constitucional)	732.482,74

Fonte: Balancete da Despesa por Recursos da Educação

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Com base nos procedimentos de controle realizados, dentro dos limites do escopo desta análise, e considerando as informações constantes nos demonstrativos contábeis e financeiros examinados, não foram identificadas irregularidades materiais na aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no exercício financeiro de 2025.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR

Gabinete do Prefeito

Unidade Central de Controle Interno



PREFEITURA DE

CONDOR

NOVOS AVANÇOS

Os registros contábeis analisados refletem, de forma adequada, a execução orçamentária e financeira da educação, observados os princípios da legalidade, da vinculação dos recursos e da transparência.

Diante do exposto, esta Unidade Central de Controle Interno manifesta-se pela regularidade da aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

É o relatório e parecer.

Condor, 18 de março de 2026.

Gianine Schmidt
Agente de Controle Interno
CRA n. RS-036550/O